



## Poder Judiciário

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 52, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, no art. 4º, caput, inciso III, alínea "d", item "1" da Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.00000573-1, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral, no valor de R\$ 9.405.000,00 (nove milhões, quatrocentos e cinco mil reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 9.405.000,00 (nove milhões, quatrocentos e cinco mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR								
			S	E	N	G	P	R	O		M	U	I	T	F			
			F		D				D									
	0570	Gestão do Processo Eleitoral																9.405.000
		Atividades																
02 061	0570 4269	Pleitos Eleitorais																9.405.000
02 061	0570 4269 7000	Pleitos Eleitorais - Implementação do Voto Impresso - Nacional	F			3		2		90		0					144	9.405.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>																		9.405.000
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																		0
<b>TOTAL - GERAL</b>																		9.405.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR								
			S	E	N	G	P	R	O		M	U	I	T	F			
			F		D				D									
	0570	Gestão do Processo Eleitoral																9.405.000
		Atividades																
02 061	0570 4269	Pleitos Eleitorais																9.405.000
02 061	0570 4269 7000	Pleitos Eleitorais - Implementação do Voto Impresso - Nacional	F			4		2		90		0					144	9.405.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>																		9.405.000
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																		0
<b>TOTAL - GERAL</b>																		9.405.000

#### PORTARIA Nº 56, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000003825-1, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral relativo ao terceiro quadrimestre de 2017 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	261.805.516,80	480.440,16
Pessoal Ativo	205.362.746,89	480.440,16
Pessoal Inativo e Pensionistas	56.442.769,91	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	47.564.148,69	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	560.904,53	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	47.003.244,16	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	214.241.368,11	480.440,16
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	214.721.808,27	0,029525
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	319.170.105,16	0,043887
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	303.211.599,90	0,041693
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	287.253.094,65	0,039498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 19/Jan/2018 e hora de emissão 17h.

!Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				262.285.956,96	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				47.564.148,69	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				214.721.808,27	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,029525%	
				% DA RCL	VALOR
LRF, art. 20, incisos I, II E III				0,044013%	320.086.445,61
LIMITE MÁXIMO	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,043969%	319.766.453,71
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,043887%	319.170.105,16

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 19/Jan/2018 e hora de emissão 17h.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" e "b")

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		711,05	-	-	-	-	711,05	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social		711,05	-	-	-	711,05	711,05	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		4.770.166,00	-	-	-	472.371,13	4.297.794,87	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor		3.389.238,76	-	-	-	328.321,57	3.060.917,19	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor		1.380.927,24	-	-	-	144.049,56	1.236.877,68	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		9.916.001,40	-	-	-	3.790.917,29	6.125.084,11	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		9.916.001,40	-	-	-	3.790.917,29	6.125.084,11	-	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		63.877.404,09	66.579,29	136.408,09	1.527.939,32	4.771.758,94	57.374.718,45	6.033.138,96	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário		42.396.708,34	66.579,29	136.408,09	54.663,03	4.638.758,94	37.500.298,99	4.655.772,75	-
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados		16.790.014,14	-	-	-	-	16.790.014,14	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		2.850.642,50	-	-	1.473.276,29	-	1.377.366,21	1.377.366,21	-
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores		279.963,06	-	-	-	133.000,00	146.963,06	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores		1.560.076,05	-	-	-	-	1.560.076,05	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>		<b>78.564.282,54</b>	<b>66.579,29</b>	<b>136.408,09</b>	<b>1.527.939,32</b>	<b>9.035.047,36</b>	<b>67.798.308,48</b>	<b>6.033.138,96</b>	<b>-</b>
Recursos Ordinários		1.055.914.243,21	1.006.579,69	1.894.437,64	14.844.901,48	169.824.932,84	868.343.391,56	29.699.913,26	-
0100 - Recursos Ordinários		1.044.658.326,56	950.560,99	1.894.437,64	14.844.901,48	168.476.026,80	858.492.399,65	29.699.913,26	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores		11.255.916,65	56.018,70	-	-	1.348.906,04	9.850.991,91	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>		<b>1.055.914.243,21</b>	<b>1.006.579,69</b>	<b>1.894.437,64</b>	<b>14.844.901,48</b>	<b>169.824.932,84</b>	<b>868.343.391,56</b>	<b>29.699.913,26</b>	<b>-</b>



TOTAL (III) = (I + II)	1.134.478.525,75	1.073.158,98	2.030.845,73	16.372.840,80	178.859.980,20	936.141.700,04	35.733.052,22	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	4.770.166,00	-	-	-	472.371,13	4.297.794,87	-	-

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 19/jan/2018 e hora de emissão 17h.

<sup>1</sup>A Disponibilidade de Caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

- O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
- Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
- A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
- Estão incluídos os valores do órgão setorial de programação financeira (UG 070026), em atendimento ao Item 9.4.4 do Acórdão TCU nº 1573/2006, conforme abaixo:

Limite de Saque com Vinculação Pagto = R\$ 1.087.512.055,09.

Recursos a Liberar para Pagamento de RP = R\$ 194.953.086,82.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6		VALOR ATÉ O BIMESTRE		RS 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				
Receita Corrente Líquida				727.254.323.971,32
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP		214.721.808,27	0,029525	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		319.170.105,16	0,043887	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		303.211.599,90	0,041693	
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		35.733.052,22	936.141.700,04	

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 19/Jan/2018 e hora de emissão 17h.

MAURÍCIO CALDAS DE MELO  
Diretor-Geral

ADRIANA NOVAIS TEIXEIRA  
Secretária de Administração

MÉRCIA GISELLE DOS SANTOS OLIVEIRA  
Secretária de Controle Interno e Auditoria

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA  
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Min. GILMAR MENDES  
Presidente do Tribunal

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 33, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2017.

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III, e no art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, bem como o que consta no Processo n. CJP-PPN-2017/00011, resolve:

Art. 1º Publicar, na forma do Anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 3º quadrimestre de 2017, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publicar, na forma do Anexo II, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar relativo ao Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2017.

Art. 3º Publicar, na forma do Anexo III, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em Cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão n. 553/2017-TCU-Plenário referente ao 3º quadrimestre de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO  
 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017  
 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")  
 R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	61.440.733,70	94.515,64	61.535.249,34